

Pag. 01/14



NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.1098058-1

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

2025/00345588-8

14/03/2025 13:01:11

JUCERJA

Último arquivamento:

00006750966 - 14/01/2025

NIRE: 33.2.1098058-1

PONTUAL FARMACÊUTICA NR 2006 LTDA

Boleto(s): 105022796

Hash: E1D67C0D-AF78-4803-A395-582C258977B1

Orgão	Calculado	Pago
Junta	600,00	600,00
DREI	0,00	0,00

## REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

## PONTUAL FARMACÊUTICA NR 2006 LTDA

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código  
do Ato

002

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
026	1	Alteração / Abertura de Filial em outra UF
051	1	Alteração / Consolidação de Contrato / Estatuto
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX

### Requerente

Rio de Janeiro

Local

14/03/2025

Data

Nome:	LUANA XAVIER ROCHA
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo
Telefone de contato:	61998098814
E-mail:	luanaxavierrocha5@gmail.com
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	14/03/2025
Data da 1ª entrada:	



2025/00345588-8

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: PONTUAL FARMACÊUTICA NR 2006 LTDA

NIRE: 332.1098058-1 Protocolo: 2025/00345588-8 Data do protocolo: 17/03/2025

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 18/03/2025 SOB O NÚMERO 00006871513, 41902036975 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 6CFA3A0A24E225FE99C837DF0B934B681148782FF896A53A6819BFB98DAE043

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 02/14

DÉCIMA SÉTIMA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE  
PONTUAL FARMACÊUTICA NR 2006 LTDA.  
CNPJ nº 07.724.173/0001-00  
NIRE nº 33.2.1098058-1

RAPHAEL LUIZ RODRIGUES RAMOS, brasileiro, empresário, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, portador da identidade nº 20.070.291-8, expedida pelo Detran/RJ, e inscrito no CPF/MF sob nº 104.944.187-70, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Renê Laclette, nº 100, Bloco 05, GR. 1 – B, Apto. 301, Bairro: Recreio dos Bandeirantes, CEP: 22.790-303;

NATHALIA RODRIGUES RAMOS MAINIERI, brasileira, empresária, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, portadora da carteira de identidade nº 20.070.290-0, expedida pelo DETRAN/RJ, e inscrita no CPF/MF sob nº 116.207.937-17, residente e domiciliada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Renê Laclette, nº 100, Bloco 01, GR. 1 – B, Apto. 103, Bairro: Recreio dos Bandeirantes, CEP: 22.790-303; e

AMOVERI FARMA S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 42.111.281/0001-08, registrada na JUCESC sob NIRE nº 42300056588, com sede na Rua Dona Francisca, nº 8300, Bloco: 9 Módulo E, Bairro: Distrito Industrial, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.219-600, neste ato, representada por seu Diretor Presidente GUILHERME MARCO DE LIMA, brasileiro, nascido em 14/05/1980, casado em separação de bens, engenheiro, inscrito no CPF/ME sob nº 030.729.359-98, portador da Carteira de Identidade RG nº 4218572 - SSP/SC, residente e domiciliado na Rua: Orleans, nº 1245, Bairro: América, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.204-580.

Únicos sócios da Sociedade Empresária Limitada denominada PONTUAL FARMACÊUTICA NR 2006 LTDA., com sede na Avenida das Américas, nº 10.101, Salas 216, 217 e 218, Bairro: Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22.793-082, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.724.173/0001-00, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, NIRE sob nº 33.6.0083516-0, a “Sociedade”, resolvem alterar o Contrato Social, de acordo com as deliberações abaixo:

1. Aprovada a abertura de nova filial, localizada na cidade de Maringá, Estado do Paraná, na Av Tamandare nº 251, Lote 17/18 Quadra 06, Segundo Andar, Salas 201 E 202, Zona 1 - CEP: 87.013-210, cujo objeto social é Comércio Atacadista (“FILIAL 5”).
2. Aprovada a alteração do Parágrafo Único da Cláusula 4 para alterar a atividade e o objeto social da FILIAL 2, adotando a seguinte redação:

*“na FILIAL 2, será exercido somente o objeto social de “Comércio Atacadista”: comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano, produtos farmacêuticos sem manipulação de fórmulas, cosméticos, perfumes, produtos de higiene pessoal, equipamentos e materiais médicos odonto-hospitalares (CNAEs nº 46.44-3-01, 46.46-0-01, 46.64-8-00 e 46.45-1-01)”*

3. Aprovada a alteração Parágrafo Único da Cláusula 4 para incluir as atividades e os objetos sociais da FILIAL 4 e da FILIAL 5, adotando a seguinte redação:

*“na FILIAL 4 será exercido somente o objeto social de “Comércio Atacadista”: comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano, produtos farmacêuticos sem manipulação de fórmulas, cosméticos, perfumes, produtos de higiene pessoal, equipamentos e materiais médicos odonto-hospitalares (CNAEs nº 46.44-3-01, 46.46-0-01, 46.64-8-00 e 46.45-1-01); e na FILIAL 5 será exercido somente o objeto social de “Comércio Atacadista”: comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano, produtos farmacêuticos sem manipulação de fórmulas, cosméticos, perfumes, produtos de higiene pessoal, equipamentos e materiais médicos odonto-hospitalares (CNAEs nº 46.44-3-01, 46.46-0-01, 46.64-8-00 e 46.45-1-01).”*

4. Retificada a identificação da Filial 4 no Parágrafo Único da Cláusula Segunda para incluir os números de inscrição no CNPJ (07.724.173/0006-06) e no NIRE (429.0216432-0).

5. Em virtude das deliberações e da retificação acima, ficam alterados o Parágrafo Primeiro da Cláusula Segunda e o Parágrafo Único da Cláusula Quarta do Contrato Social da Sociedade, passando a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Segunda:(...)

Parágrafo Primeiro: A Sociedade possui as seguintes filiais:

- (i) *FILIAL 1, NIRE nº 33.9.0084320-6, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.724.173/0002-82, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 10.101, Lojas 144 e 145, Bairro: Barra da Tijuca, CEP: 22.793-082, inscrição estadual nº 78.042.125 e inscrição municipal nº 0.386.671-8;*
- (ii) *FILIAL 2 NIRE nº 332.1098058-1, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.724.173/0005-25, na cidade de Rio Claro, no Estado de São Paulo, Avenida 1 DV, nº 206, Bairro: Diario Ville, Rio Claro/SP, CEP: 13.503-568, inscrição municipal nº 085.553.0175-0;*
- (iii) *FILIAL 3, NIRE nº 539.0036867-9, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.724.173/0004-44, na cidade de Brasília, Distrito Federal, no Aeroporto Juscelino Kubitschek, s/n, Lote UC nº 4047, Galpão 01, Módulo 04, salas 11 e 13, CEP: 71.608-900, Autorização de Funcionamento nº 31/2017;*
- (iv) *FILIAL 4, NIRE nº 429.0216432-0, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.724.173/0006-06, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua Dona Francisca, nº 8300, Bloco: 9 Módulo E, Bairro: Distrito Industrial, CEP: 89.219-600, inscrição estadual nº 26.316.327-0 e inscrição municipal nº 19.1094-8; e*
- (v) *FILIAL 5, na cidade de Maringá, Estado do Paraná, na Av Tamandare nº 251, Lote 17/18 Quadra 06, Segundo Andar, Salas 201 E 202, Zona 1 - CEP: 87.013-210.*

Cláusula Quarta: (...)

Parágrafo único: Na FILIAL 1 será exercido somente o objeto social de “Comércio Varejista”: comércio varejista de medicamentos, drogas de uso humano, produtos farmacêuticos, cosméticos, perfumes, produtos de higiene pessoal, equipamentos e materiais médicos odonto-hospitalares (CNAEs nº 47.71-7-01 e 47.72-5-00); na FILIAL 2, será exercido somente o objeto social de “Comércio Atacadista”: comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano, produtos farmacêuticos sem manipulação de

*fórmulas, cosméticos, perfumes, produtos de higiene pessoal, equipamentos e materiais médicos odonto-hospitalares (CNAEs nº 46.44-3-01, 46.46-0-01, 46.64-8-00 e 46.45-1-01); na FILIAL 3 será exercido somente o objeto social de “Comércio Atacadista”: comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano, produtos farmacêuticos sem manipulação de fórmulas, cosméticos, perfumes, produtos de higiene pessoal, equipamentos e materiais médicos odonto-hospitalares (CNAEs nº 46.44-3-01, 46.46-0-01, 46.64-8-00 e 46.45-1-01); na FILIAL 4 será exercido somente o objeto social de “Comércio Atacadista”: comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano, produtos farmacêuticos sem manipulação de fórmulas, cosméticos, perfumes, produtos de higiene pessoal, equipamentos e materiais médicos odonto-hospitalares (CNAEs nº 46.44-3-01, 46.46-0-01, 46.64-8-00 e 46.45-1-01); e na FILIAL 5 será exercido somente o objeto social de “Comércio Atacadista”: comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano, produtos farmacêuticos sem manipulação de fórmulas, cosméticos, perfumes, produtos de higiene pessoal, equipamentos e materiais médicos odonto-hospitalares (CNAEs nº 46.44-3-01, 46.46-0-01, 46.64-8-00 e 46.45-1-01).*

6. Por força de tais alterações, aprovar a reforma do Contrato Social da Sociedade, CONSOLIDANDO-O na forma que aduz abaixo:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO DA SOCIEDADE  
PONTUAL FARMACÊUTICA NR 2006 LTDA.  
CNPJ nº 07.724.173/0001-00  
NIRE nº 33.6.0083516-0

Da Denominação, Sede, Foro jurídico e Tempo de Duração  
Da Denominação

Cláusula Primeira:

A Sociedade gira sob a denominação social de PONTUAL FARMACÊUTICA NR 2006 LTDA., e utiliza como título do estabelecimento a expressão “PONTUAL FARMACÊUTICA”.

Sede e Foro Jurídico

Cláusula Segunda:

A Sociedade tem sua sede social na Avenida das Américas, nº 10.101, Salas 216, 217 e 218, Bairro: Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22.793-082.

Parágrafo Primeiro: A Sociedade possui as seguintes filiais:

- (i) FILIAL 1, NIRE nº 33.9.0084320-6, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.724.173/0002-82, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 10.101, Lojas 144 e 145, Bairro: Barra da Tijuca, CEP: 22.793-082, inscrição estadual nº 78.042.125 e inscrição municipal nº 0.386.671-8;



- (ii) FILIAL 2 NIRE nº 332.1098058-1, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.724.173/0005-25, na cidade de Rio Claro, no Estado de São Paulo, Avenida 1 DV, nº 206, Bairro: Diario Ville, Rio Claro/SP, CEP: 13.503-568, inscrição municipal nº 085.553.0175-0;
- (iii) FILIAL 3, NIRE nº 539.0036867-9, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.724.173/0004-44, na cidade de Brasília, Distrito Federal, no Aeroporto Juscelino Kubitschek, s/n, Lote UC nº 4047, Galpão 01, Módulo 04, salas 11 e 13, CEP: 71.608-900, Autorização de Funcionamento nº 31/2017;
- (iv) FILIAL 4, NIRE nº 429.0216432-0, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.724.173/0006-06, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua Dona Francisca, nº 8300, Bloco: 9 Módulo E, Bairro: Distrito Industrial, CEP: 89.219-600, inscrição estadual nº 26.316.327-0 e inscrição municipal nº 19.1094-8; e
- (v) FILIAL 5, na cidade de Maringá, Estado do Paraná, na Av Tamandare nº 251, Lote 17/18 Quadra 06, Segundo Andar, Salas 201 E 202, Zona 1 - CEP: 87.013-210.

Parágrafo Segundo: A Sociedade poderá, a qualquer tempo, a critério e por deliberação da Diretoria ou dos sócios que representem 75% (setenta e cinco por cento) do Capital Social, criar, instalar, alterar e extinguir filiais, agências, representações, depósitos ou outras dependências no país ou no exterior.

#### Tempo de Duração

##### Cláusula Terceira:

A Sociedade iniciou suas atividades em 25 de novembro de 2005 e seu prazo de duração é indeterminado.

#### Do Objeto Social

##### Cláusula Quarta:

O objeto social da Sociedade é: (i) “Comércio Atacadista”: comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano, produtos farmacêuticos sem manipulação de fórmulas, cosméticos, perfumes, produtos de higiene pessoal, equipamentos e materiais médicos odonto-hospitalares (CNAEs nº 46.44-3-01, 46.46-0-01, 46.64-8-00 e 46.45-1-01); e (ii) “Comércio Varejista”: comércio varejista de medicamentos, drogas de uso humano, produtos farmacêuticos, cosméticos, perfumes, produtos de higiene pessoal, equipamentos e materiais médicos odonto-hospitalares (CNAEs nº 47.71-7-01 e 47.72-5-00).

Parágrafo único: Na FILIAL 1 será exercido somente o objeto social de “Comércio Varejista”: comércio varejista de medicamentos, drogas de uso humano, produtos farmacêuticos, cosméticos, perfumes, produtos de higiene pessoal, equipamentos e materiais médicos odonto-hospitalares (CNAEs nº 47.71-7-01 e 47.72-5-00); na FILIAL 2, será exercido somente o objeto social de “Comércio Atacadista”: comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano, produtos farmacêuticos sem manipulação de fórmulas, cosméticos, perfumes, produtos de higiene pessoal, equipamentos e materiais médicos odonto-hospitalares (CNAEs nº 46.44-3-01, 46.46-0-01, 46.64-8-00 e 46.45-1-01); na FILIAL 3 será exercido somente o objeto social de “Comércio Atacadista”: comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano, produtos farmacêuticos sem manipulação de fórmulas, cosméticos, perfumes, produtos de higiene pessoal, equipamentos e materiais médicos odonto-hospitalares (CNAEs nº 46.44-3-01, 46.46-0-01, 46.64-8-00 e 46.45-1-01); na FILIAL 4 será exercido somente o objeto social de “Comércio Atacadista”: comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano, produtos farmacêuticos sem manipulação de

fórmulas, cosméticos, perfumes, produtos de higiene pessoal, equipamentos e materiais médicos odonto-hospitalares (CNAEs nº 46.44-3-01, 46.46-0-01, 46.64-8-00 e 46.45-1-01); e na FILIAL 5 será exercido somente o objeto social de “Comércio Atacadista”: comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano, produtos farmacêuticos sem manipulação de fórmulas, cosméticos, perfumes, produtos de higiene pessoal, equipamentos e materiais médicos odonto-hospitalares (CNAEs nº 46.44-3-01, 46.46-0-01, 46.64-8-00 e 46.45-1-01).

Do Capital Social e das Quotas  
Capital Social

Cláusula Quinta:

O Capital Social da Sociedade é de R\$ 6.490.000,00 (seis milhões e quatrocentos e noventa mil reais), representado por 6.490.000 (seis milhões, quatrocentos e noventa mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, assim distribuídas entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR (em R\$)	%
AMOVERI FARMA S.A.	5.192.000	5.192.000,00	80,0
RAPHAEL LUIZ RODRIGUES RAMOS	649.000	649.000,00	10,0
NATHALIA RODRIGUES RAMOS MAINIERI	649.000	649.000,00	10,0
TOTAL	6.490.000	6.490.000,00	100,00

Parágrafo Primeiro: Cada quota é indivisível em relação à Sociedade.

Parágrafo Segundo: As quotas da Sociedade são impenhoráveis, inalienáveis e incomunicáveis, não podendo ser liquidadas mediante requerimento de credores do sócio, sendo nulas de pleno direito todas as transações que onerem as mesmas.

Responsabilidade dos Sócios

Cláusula Sexta:

A responsabilidade dos sócios é restrita ao Capital Social integralizado.

Administração da Sociedade  
Da Diretoria Executiva

Cláusula Sétima:

A Sociedade é administrada por uma Diretoria, composta por até 4 (quatro) pessoas naturais, sócias ou não, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro e 2 (dois) Diretores Operacionais, os quais farão uso do nome empresarial e a representarão ativa, passiva, judicial e/ou extrajudicialmente, com os mais amplos e gerais poderes de direção e administração, isoladamente, excetuadas as disposições contrárias previstas neste Contrato Social e no Acordo de Quotistas da Sociedade.

Parágrafo Primeiro: Os Diretores possuem um mandato por prazo unificado de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Segundo: Os poderes da Diretoria Executiva compreendem aqueles suficientes para: (i) zelar pela observância da Lei e deste Contrato Social; (ii) zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas em Reunião de Quotistas; (iii) elaborar o Relatório Anual da Administração, as demonstrações financeiras da Sociedade, o orçamento e o Plano de Negócios anuais da Sociedade; (iv) preparar os relatórios consolidados mensais administrativos da Sociedade; (v) administrar, gerir e supervisionar os negócios sociais da Sociedade; (vi) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários; (vii) assinar todo e qualquer documento que importe responsabilidade ou obrigação da Sociedade, incluindo escrituras, contratos, papéis negociáveis, cheques, ordens de pagamento e outros documentos; (viii) movimentar as contas bancárias da Sociedade; e (ix) outorgar procurações a terceiros.

Parágrafo Terceiro: Fica expressamente vedado o uso da firma, sob qualquer pretexto ou modalidade, em operações ou negócios estranhos ao objeto social.

Parágrafo Quarto: A Diretoria Executiva da Sociedade é composta pelos seguintes membros: (i) GUILHERME MARCO DE LIMA, brasileiro, nascido em 14/05/1980, casado em separação de bens, engenheiro, inscrito no CPF/ME sob nº 030.729.359-98, portador da Carteira de Identidade RG nº 4218572 - SSP/SC, residente e domiciliado na Rua: Orleans, nº 1245, Bairro: América, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.204-580, ao cargo de Diretor Presidente da Sociedade; (ii) LUIZ FERNANDO BIASI STASKOWIAN, brasileiro, nascido em 12/12/1991, solteiro, empresário, inscrito no CPF/ME sob nº 069.463.829-35, portador da Carteira de Identidade RG nº 4204848, - SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Quintino Bocaiuva, nº 566, Bairro América, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP 89.204-300, ao cargo de Diretor Financeiro da Sociedade; (iii) RAPHAEL LUIZ RODRIGUES RAMOS, brasileiro, empresário, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, portador da identidade nº 20.070.291-8, expedida pelo Detran/RJ, e inscrito no CPF/MF sob nº 104.944.187-70, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Renê Laclette, nº 100, Bloco 05, GR. 1 – B, Apto. 301, Bairro: Recreio dos Bandeirantes, CEP: 22.790-303, ao cargo de Diretor Operacional; e (iii) NATHALIA RODRIGUES RAMOS MAINIERI, brasileira, empresária, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, portadora da carteira de identidade nº 20.070.290-0, expedida pelo DETRAN/RJ, e inscrita no CPF/MF sob nº 116.207.937-17, residente e domiciliada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Renê Laclette, nº 100, Bloco 01, GR. 1 – B, Apto. 103, Bairro: Recreio dos Bandeirantes, CEP: 22.790-303, ao cargo de Diretora Operacional.

Parágrafo Quinto: Sem prejuízo de outras competências previstas em Lei e no Contrato Social da Sociedade, a celebração dos atos abaixo dependerá da assinatura em conjunto, necessariamente, (a) do Diretor Presidente ou do Diretor Financeiro e (b) de 1 (um) dos Diretores Operacionais:

- (i) Autorizar a aquisição, alienação, transferência, ou qualquer transação, obtenção ou concessão de quaisquer créditos, empréstimos ou financiamentos, não previstos no Orçamento Anual da Sociedade;
- (ii) Representar a Sociedade, em conjunto com outro diretor, na celebração de qualquer negócio que envolva valores no individual ou agregado, superiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) (ou constituir procuradores com poderes de celebrar tais negócios);



- (iii) Autorizar a contratação de pessoal, na modalidade de prestação de serviço ou pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, com remuneração mensal superior a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), corrigido pelo IPCA; e
- (iv) Autorização para movimentações bancárias, por qualquer motivo e a qualquer valor.

Parágrafo Sexto: As procurações outorgadas pela Sociedade a terceiros deverão: (i) ser assinadas por 1 (um) dos membros da Diretoria Executiva, observado as exceções do parágrafo anterior; e (ii) mencionar expressa e especificamente os poderes por ele conferidos e o prazo de mandato.

Parágrafo Sétimo: Os Administradores/Diretores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

#### Da Remuneração

##### Cláusula Oitava:

Os membros da administração da Sociedade poderão receber uma remuneração, a título de pró-labore, quantia que for fixada em Ata de Reunião de Sócios, ou outro documento apartado.

#### Das Deliberações e Alterações Contratuais

##### Cláusula Nona:

Exceto nos casos especialmente indicados neste Contrato Social e no Acordo de Quotistas da Sociedade, as deliberações dos sócios e as alterações contratuais serão reputadas válidas perante a Sociedade e terceiros, inclusive para fins de registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado, com aprovação de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do capital social.

#### Do Exercício Social e Distribuição dos Resultados Encerramento do Exercício Social

##### Cláusula Décima:

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

Parágrafo Único: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es), quando for o caso.

## Resultado do Exercício e sua Distribuição

### Cláusula Décima Primeira:

O exercício social terá a duração de um ano, iniciando-se no dia 01 de janeiro e terminando no dia 31 de dezembro, data em que anualmente proceder-se-á à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, observadas as disposições legais vigentes.

Parágrafo Primeiro: Os lucros líquidos apurados serão distribuídos proporcionalmente à participação do capital social, podendo a critério dos sócios e no atendimento aos interesses da própria Sociedade, o total ou parte dos lucros serem destinados à formação de reservas de lucros ou então permanecer em lucros acumulados para futura destinação.

Parágrafo Segundo: A Sociedade poderá levantar balanços intermediários a qualquer tempo e distribuir lucros intermediários ou intercalares e/ou declara e pagar juros sobre capital próprio com base neles.

Parágrafo Terceiro: Nos termos do artigo 1.007 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, os resultados e juros sobre capital próprio poderão ser distribuídos e pagos desproporcionalmente à participação no capital social da Sociedade.

Parágrafo Quarto: Os prejuízos que por ventura se verificarem serão mantidos em conta especial para serem amortizados em exercícios futuros, isto não ocorrendo, será suportado pelos sócios proporcionalmente a participação do capital social.

## Da Cessão e Transferência de Quotas Da Cessão e Transferência

### Cláusula Décima Segunda:

Considerando que os sócios reconhecem expressamente que a Sociedade tem caráter “*intuitu personae*”, a alienação, a qualquer título, das quotas da Sociedade deverá ser efetuada primeiramente aos demais sócios da Sociedade. Com a recusa dos sócios da Sociedade, o sócio poderá efetuar a alienação de suas quotas para terceiros.

### Cláusula Décima Terceira:

O sócio que pretender se retirar da Sociedade, qualquer que seja o motivo, deverá proceder a oferta da quota possuída no capital da Sociedade para os demais sócios da Sociedade, sob pena de a operação não prevalecer perante a Sociedade e seus sócios, nos termos da Cláusula Décima Quinta.

### Cláusula Décima Quarta:

Os sócios remanescentes terão o prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento da comunicação, o direito de exercer a preferência na aquisição da(s) quota(s) do sócio retirante.

#### Cláusula Décima Quinta:

Serão consideradas ineficazes perante a Sociedade e terceiros, as alienações efetuadas a qualquer título, quando não observadas as formalidades previstas nas cláusulas anteriores e em dissonância ao disposto no Acordo de Quotistas da Sociedade.

#### Do Falecimento, Sucessão e Exclusão de Sócio Do Falecimento e Continuidade da Sociedade

#### Cláusula Décima Sexta:

Na hipótese de falecimento ou reconhecida incapacidade para o trabalho ou incapacidade técnica de algum sócio, será procedida a liquidação obrigatória de suas quotas, sendo que a Sociedade continuará suas atividades com seus sócios remanescentes.

#### Da Exclusão de Sócios

#### Cláusula Décima Sétima:

Pode o sócio ser excluído quando a maioria do capital social entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, seja por falta de interesse empresarial de continuidade ou em virtude de atos graves e que configurem justa causa.

Parágrafo Primeiro: Entende-se por justa causa, sem prejuízo de outras hipóteses causadoras de prejuízo aos negócios sociais ou a *affectio societatis*, a violação de cláusula contratual, concorrência desleal, uso indevido da firma social, denominação ou marca, recusa a prestação de serviços necessários ao desenvolvimento dos negócios sociais, a superveniência de incapacidade física, mental, moral ou mesmo profissional, desrespeito às exigências éticas da categoria profissional ou mesmo incompatibilidade com os demais sócios.

Parágrafo Segundo: A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para este fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

Parágrafo Terceiro: Será também de pleno direito excluído da Sociedade o sócio declarado falido, ou aquele cujas quotas tenham sido liquidadas para o pagamento de credor particular do sócio.

#### Apuração e Pagamento dos Haveres do Sócio Apuração

#### Cláusula Décima Oitava:

Nas hipóteses de retirada ou exclusão de sócio sem ou com justa causa, conforme previsto na Cláusula Décima Sétima, o valor dos haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da Sociedade, à data da resolução, verificada em balanço patrimonial da empresa relativo ao último exercício social encerrado, elaborado de acordo com os preceitos legais e fiscais.

## Pagamento

### Cláusula Décima Nona:

O pagamento dos haveres, apurados conforme as cláusulas anteriores, será feito em até 24 (vinte e quatro) parcelas iguais, mensais e consecutivas, a partir do dia 30 (trinta) do mês subsequente a data do evento, sendo dito valor atualizado monetariamente pelo CDI (Certificado de Depósito Interbancário) publicado do primeiro dia de cada mês, ou no caso de extinção deste, de outro índice oficial que vier a sucedê-lo, salvo se os sócios remanescentes, em conjunto com o sócio retirante ou excluído ou com os herdeiros do sócio falecido, acordarem de forma distinta.

## Disposições Gerais

### Cláusula Vigésima:

É vedado o uso do nome empresarial, em atividades estranhas aos Interesses sociais, ou assumir obrigações seja em favor de quotistas ou de terceiros, prestar fianças ou avais, bem como onerar ou alienar bens da Sociedade sem autorização de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) da participação total no capital social.

### Cláusula Vigésima Primeira:

A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em Lei, cabendo aos sócios nomearem o liquidante e fixar sua remuneração.

### Cláusula Vigésima Segunda:

A Sociedade possui um Acordo de Quotistas, devidamente arquivado na sede da Sociedade, que disciplina a compra e venda de quotas, o direito de preferência na sua compra, o exercício do direito a voto ou do poder de controle, entre outras disposições, o qual será sempre observado pela Sociedade, cabendo à respectiva administração e aos sócios absterem-se de registrar transferências de quotas contrárias às disposições desse acordo.

Parágrafo único: As obrigações e responsabilidades decorrentes de tal acordo serão válidas e oponíveis a terceiros, tão logo esse tenha sido devidamente arquivado na sede da Sociedade, observando o Artigo 118 da Lei 6.404/76, com a redação que lhe foi dada pela Lei 10.303/01.

### Cláusula Vigésima Terceira:

A regência supletiva da Sociedade limitada, nos casos não previstos no presente contrato será feita pelas normas da Sociedade Anônima de conformidade com o parágrafo único, do artigo 1.053 da Lei 10.406/2002.

Parágrafo Único: As participações societárias, desta Sociedade, no capital de outras Sociedades, serão avaliadas, por ocasião do encerramento do exercício social, ou de apuração de balanço especial, em conformidade com os preceitos da Lei 6.404/76.

Cláusula Vigésima Quarta:

Fica eleito o foro de Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

Rio de Janeiro (RJ), 14 de fevereiro de 2025.

Sócios Quotistas:

RAPHAEL LUIZ RODRIGUES RAMOS

NATHALIA RODRIGUES RAMOS MAINIERI

AMOVERI FARMA S.A.,  
por: Guilherme Marco de Lima





## IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA PONTUAL FARMACÊUTICA NR 2006 LTDA, NIRE 33.2.1098058-1, PROTOCOLO 2025/00345588-8, ARQUIVADO EM 18/03/2025, SOB O NÚMERO (S) 41902036975 (DEMAIS CONSTANTES NA CAPA), FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
✓ 104.944.187-70	RAPHAEL LUIZ RODRIGUES RAMOS
✓ 116.207.937-17	NATHALIA RODRIGUES RAMOS MAINIERI
✓ 030.729.359-98	GUILHERME MARCO DE LIMA
✓ 048.517.701-38	LUANA XAVIER ROCHA

18 de março de 2025.

**Gabriel Oliveira de Souza Voi**  
Secretário Geral

1/1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: PONTUAL FARMACÊUTICA NR 2006 LTDA

NIRE: 332.1098058-1 Protocolo: 2025/00345588-8 Data do protocolo: 17/03/2025

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 18/03/2025 SOB O NÚMERO 00006871513, 41902036975 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 6CFA3A0A24E225FE99C837DF0B934B681148782FF896A53A6819BFBB98DAE043

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 14/14